

ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA

ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM O PROJETO

PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA

PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

NOTA PREAMBULAR

O presente *Plano de Segurança e de Saúde (P.S.S.)* diz respeito à obra da *Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas*, designada por “**ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA**” tendo sido preparado atendendo ao estipulado no artigo 5º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro. Nele se estabelecem as regras a observar no estaleiro da obra durante a fase de construção, pretendendo-se com a implementação do preconizado reduzir o risco de ocorrência de acidentes e proteger a saúde dos trabalhadores durante a fase de construção da obra.

Cabe ao *Dono da Obra* remeter o presente *Plano de Segurança e de Saúde* ao coordenador da obra em matéria de segurança e saúde, adiante designado abreviadamente por Coordenador de Segurança da Obra. O coordenador em matéria de segurança e saúde na fase de projeto será designado abreviadamente por Coordenador de Segurança no Projeto.

Este *Plano de Segurança e de Saúde* foi concebido de forma a ter um caráter dinâmico durante a execução dos trabalhos da empreitada, devendo integrar os projetos, planos e registos de todas as medidas do âmbito da segurança e saúde. Assim, todas as adaptações/complementos devem considerar a inclusão/integração dos elementos preparados. As adaptações/complementos serão sempre feitas atendendo aos métodos e processos construtivos utilizados na execução dos trabalhos, às condicionantes existentes, à organização do estaleiro e ao planeamento da obra.

Este documento é constituído por quatro partes:

1. Memória Descritiva.
2. Caracterização da Empreitada.

3. Ações para a Prevenção de Riscos;
4. Acompanhamento e Monitorização.

Está também incluído um conjunto de Anexos para a integração dos elementos que constituem as adaptações/complementos do *Plano de Segurança e de Saúde*.

1 - MEMÓRIA DESCRITIVA

1.1 - DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS

O presente Plano de Segurança e de Saúde, referente à empreitada de “**ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA**”, pretende responder ao exigido na legislação em vigor com o objetivo de:

- Realizar todos os trabalhos em condições de segurança e saúde adequadas;
- Alcançar bons níveis de produtividade decorrentes de boas condições de trabalho;
- Minimizar os índices de sinistralidade laboral e os custos sociais e económicos resultantes de acidentes;
- Realizar todos os trabalhos com a qualidade especificada, num espaço adequadamente organizado e ambientalmente correto.

1.2 - PRINCÍPIOS DE ACTUAÇÃO

O alcance dos objetivos mencionados em 1.1 deve basear-se num conjunto de princípios de atuação que deverão ser assumidos perante o Dono da Obra pela Direção Técnica da Empreitada e pela Fiscalização, nomeadamente:

- Reconhecer a segurança no trabalho como parte influente do desempenho;
- Cumprir toda a legislação e regulamentação do âmbito da segurança e saúde no trabalho;
- Planear para todas as atividades com riscos associados, as medidas de prevenção e proteção necessárias;
- Dar prioridade às medidas de proteção coletiva em relação às de proteção individual;
- Registar o planeamento das ações e a sua realização de forma a evidenciar a sua preparação e execução;

- Reconhecer os direitos e deveres dos trabalhadores, os quais deverão ser envolvidos na implementação das medidas preventivas planeadas;
- Incentivar os trabalhadores a zelarem pela sua própria segurança e pela dos colegas que possam ser afetados pelas suas ações;
- Encorajar os trabalhadores a identificarem e comunicarem todas as situações de perigo que detetem, mesmo que estas não interfiram diretamente com a sua segurança;
- Promover as ações necessárias para que sejam compreendidas por todos os trabalhadores as ações a implementar para assegurar a segurança no trabalho;
- Alocar todos os recursos humanos e materiais necessários à implementação das ações planeadas para garantir a segurança no trabalho.

1.3 - POLÍTICA DA SEGURANÇA NO TRABALHO

Atendendo aos princípios de atuação e aos objetivos enunciados, o Diretor Técnico da Empreitada procederá à definição da Política da Segurança no Trabalho para a empreitada, a qual será escrita em folha de papel timbrado da entidade Adjudicatária, na qual deve constar para além dos itens da referida Política, a designação da empreitada e o título "**Política da Segurança no Trabalho**". A folha com a Política da Segurança no Trabalho será assinada pelo Diretor Técnico da Empreitada, ao qual cabe também assegurar a transmissão da referida Política a todos os trabalhadores da obra. A Política da Segurança no Trabalho será afixada na vitrina do estaleiro referida no ponto 3.1 - Projeto do Estaleiro.

A Entidade Executante incluirá no Anexo 2 cópia das folhas que sejam utilizadas para divulgação da Política da Segurança no Trabalho.

1.4 - COMUNICAÇÃO PRÉVIA

De acordo com o artigo 15º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, o Dono da Obra (Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas) deve comunicar à *Inspecção Regional do Trabalho* a abertura do estaleiro. Esta *Comunicação Prévia* é feita de acordo com o anexo III do referido Decreto-Lei.

A Entidade Executante enviará à Fiscalização, **até 5 (cinco) dias antes da data de início dos trabalhos e da montagem do estaleiro**, cópia do modelo ref.3 Mod. S10 incluído no Anexo 1, contendo resposta aos pontos 10 a. 14, de forma a possibilitar ao Dono da Obra elaboração da *Comunicação Prévia* antes da abertura do estaleiro.

Sempre que posteriormente houver qualquer alteração dos elementos constantes da *Comunicação Prévia* de abertura do estaleiro, a Entidade Executante informará, por escrito, a Fiscalização, utilizando para tal o mesmo modelo ref.3 Mod. S10 incluído no Anexo 1.

É competência da Fiscalização participar ao Dono da Obra as informações transmitidas pela Entidade Executante e fornecer cópia a Entidade Executante da Comunicação Prévia e alterações enviadas pelo Dono da Obra à Inspeção do Trabalho.

Durante todo o período da obra a Entidade Executante garantirá a afixação na vitrina referida no ponto 3.1 - Projeto do Estaleiro (situada em local bem visível) de cópia da Comunicação Prévia e suas alterações posteriores.

A Entidade Executante incluirá no Anexo 3 cópias da Comunicação Prévia e das respetivas alterações, caso existam, assim como cópias dos elementos fornecidos à Fiscalização.

1.5 - REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

Na Empreitada de Execução aplica-se toda a regulamentação de Segurança e Saúde que se encontre em vigor.

Apresenta-se, de seguida, uma lista não exaustiva da regulamentação relacionada com a Segurança e Saúde no Trabalho, aplicáveis a este empreendimento no âmbito da presente CT.

REGULAMENTAÇÃO DE ÂMBITO GERAL (SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO)

- **Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro** na sua redação atual - Estabelece o regime jurídico de enquadramento da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (Transposição da Diretiva n.º 89/391/CEE;
- relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho);
- **Decreto-Lei n.º 352/2007 de 23 de outubro** - Aprova a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais;
- **Decreto-Lei n.º 347/93 de 1 de outubro** na sua redação atual- Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/654/CEE de 30 de novembro relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde para os locais de trabalho;

- **Portaria n.º 987/93 de 6 de outubro** - Estabelece as normas técnicas de execução do Decreto-Lei n.º 347/93 de 1 de outubro;
- **Decreto-Lei n.º 106/2017 de 29 de agosto** - estabelece as regras relativas à informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- **Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro** na sua redação atual - Estabelece o regime de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- **Portaria n.º 14/2018 de 11 de janeiro** - Aprova o modelo de participação de acidentes de trabalho e o mapa de encerramento de processo de acidentes de trabalho;
- **Portaria n.º 53/96 de 20 de fevereiro** - Alterações à Portaria n.º 1179/95 de 26 de setembro;
- **Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro** na sua redação atual - Lei dos acidentes de trabalho;
- **Decreto-Lei n.º 159/99 de 11 de maio** na sua redação atual - Regulamenta o seguro obrigatório de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes;
- **Decreto-Lei n.º 142/99 de 30 de abril** na sua redação atual- Cria um Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), dotado de autonomia financeira e administrativa, previsto na Lei n.º 100/97 de 13 de setembro;
- **Lei n.º 118/99, de 11 de agosto** - Alterações ao Decreto-Lei n.º 26/94 de 1 de fevereiro;
- **Portaria n.º 11/2000 de 13 de janeiro** - Aprovação das bases técnicas aplicáveis ao cálculo capital de remição das pensões de acidentes de trabalho;
- **Decreto-Lei n.º 109/2000 de 30 de junho** - Contém o regime de organização e funcionamento das atividades de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;
- **Lei n.º 42/2012 de 28 de agosto** - Estabelece as condições de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança e higiene do trabalho e de técnico de segurança e higiene do trabalho;
- **Decreto Regulamentar n.º 6/2001 de 5 de maio** na sua redação atual - Aprova a lista de doenças profissionais e respetivo índice codificado;
- **Lei n.º 14/2001, de 4 de junho** - Alterações ao Decreto-Lei n.º 110/2000 de 30 de junho;
- **Portaria n.º 467/2002 de 23 de abril** - Regula a instrução de requerimento de autorização de serviços externos ou alteração de autorização, a vistoria prévia e os parâmetros a ter em conta na

decisão, de acordo com o regime legal de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho;

- **Portaria n.º 71/2015 de 10 de março** - Aprova o modelo de ficha de aptidão, a preencher pelo médico do trabalho face aos resultados do exame de admissão, periódicos ou ocasionais, efetuados aos trabalhadores;
- **Portaria n.º 275/2010 de 19 de maio** na sua redação atual - Fixa as taxas de atos relativos à autorização ou à avaliação da capacidade de serviços externos de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- **Portaria n.º 55/2010 de 21 de janeiro** na sua redação atual - Aprova o modelo de relatório anual da atividade dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho;

TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

- **Decreto-Lei n.º 41820 de 11 de agosto de 1958** - Estabelece a Fiscalização e infrações às normas de segurança para proteção do trabalho nas obras de construção civil;
- **Decreto-Lei n.º 41821 de 11 de agosto de 1958** - Aprova o Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil;
- **Decreto-Lei n.º 46427/1965, de 10 de julho** - Aprova o regulamento de Instalações Sociais Provisórias destinadas a pessoal empregado nas obras;
- **Portaria n.º 101/1996, de 3 de abril** - Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis;
- **Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro** - Aprova a Regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis;
- **Decreto-Lei n.º 23/2021 de 23 de março** - Comete ao CMOPP (agora INCI) competência para fiscalizar a proteção, organização, segurança e sinalização de estaleiros de obras;
- **Lei n.º 99/2003 de 27 de Agosto** na sua redação atual - Revê o regime jurídico da duração do trabalho na sua disciplina específica do trabalho extraordinário;
- **Decreto-Lei n.º 50/2013 de 16 de abril** na sua redação atual - Aprova o regulamento relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de consumo, disponibilização e venda de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho da administração pública, central e local;

TRABALHADORES ESTRANGEIROS

- **Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10 de janeiro** na sua redação atual - Estabelece as condições de entrada / permanência /saída e afastamento de estrangeiros do território português.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

- **Decreto-Lei n.º118/2019 de 21 de Agosto** na sua redação atual - Estabelece as exigências técnicas de segurança a observar pelos equipamentos de proteção individual, de acordo com a Diretiva n.º 89/686/CEE de 25 de Dezembro; - Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/425, relativo aos equipamentos de proteção individual.
- **Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de outubro** na sua redação atual - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/656/CEE de 30 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde na utilização de equipamentos de proteção individual;
- **Decreto-Lei n.º 128/93, de 22 de março alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/95, de 14 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 374/98, de 24 de novembro** - Prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de instrumentos de medição e de equipamentos de proteção individual;
- **Portaria n.º 988/93 de 6 de outubro** na sua redação atual - Estabelece a descrição técnica do equipamento de proteção individual, de acordo com o art.º 7º do Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de outubro;
- **Portaria n.º 1131/93 de 4 de novembro** na sua redação atual- Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual, de acordo com o art.º 2º do Decreto-Lei n.º 128/93 de 22 de abril;
- **Portaria n.º 109/96 de 10 de abril** - Altera os Anexos I, II, IV e V da Portaria n.º 1131/93 de 4 de novembro;
- **Portaria n.º 695/97 de 19 de agosto** - Altera os Anexos I e V da Portaria 1131/93 de 4 de novembro;
- **Decreto-Lei n.º 374/98 de 24 de novembro** na sua redação atual- Altera os Decretos-Lei n.º 378/93 de 5/11, n.º 128/93 de 22/4, n.º 383/93 de 18/11, n.º 130/92 de 6/6, n.º 117/88 de 12/4 e n.º 113/93 de 10/4, relativos a EPI e marcação CE;

- **Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto** - Altera o Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro na sua redação atual.

MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE ESTALEIRO

- **Decreto-Lei n.º 221/2006 de 8 de novembro** na sua redação atual - Estabelece as disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversos equipamentos;
- **Decreto-Lei n.º 105/91 de 8 de março** - Estabelece o regime de colocação no mercado e utilização de máquinas e material de estaleiro;
- **Decreto-Lei n.º 103/2008 de 24 de junho** na sua redação atual - Aparelhos de elevação e movimentação;
- **Decreto-Lei n.º 62/88, de 27 de fevereiro** - Determina o uso da língua portuguesa nas informações ou instruções respeitantes a características, instalação, serviço ou utilização, montagem, manutenção, armazenagem e transporte que acompanham as máquinas e outros utensílios de uso industrial ou laboratorial;
- **Decreto-Lei n.º 23/2021 de 23 de março** - Aparelhos de elevação e movimentação;
- **Decreto-Lei n.º 103/2008 de 24 de junho** na sua redação atual - Estabelece normas relativas às estruturas de proteção em caso de capotagem (ROPS) das máquinas do estaleiro;
- **Decreto-Lei n.º 130/2013 de 10 de setembro** na sua redação atual - Define os procedimentos, a adotar com vista a que os materiais de construção se revelem adequados ao fim a que se destinam;
- **Decreto-Lei n.º 4/2007 de 8 de janeiro** - Estabelece as exigências essenciais das obras suscetíveis de condicionar as características dos materiais nelas utilizados;
- **Decreto-Lei n.º 330-A/98 de 2 de novembro** na sua redação atual - Classificação, embalagem e rotulagem de substâncias perigosas;
- **Portaria n.º 989/93 de 6 de outubro** - Regulamenta o Decreto-Lei n.º 349/93 de 1 de outubro;
- **Decreto-Lei n.º 214/95 de 18 de agosto** na sua redação atual - Estabelece as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas visando eliminar riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores e de terceiros;
- **Portaria n.º 172/2000 de 23 de março** - Define a complexidade e características das máquinas usadas que revistam especial perigosidade;

- **Decreto-Lei n.º 50/2019 de 16 de Abril** na sua redação atual - Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2004/63/CE, da Comissão, de 17 de Agosto, que adapta ao progresso técnico a Diretiva n.º 97/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à aproximação das legislações dos Estados Membros, respeitante a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas, pelos motores de combustão interna, a instalar em máquinas móveis não rodoviárias, alterando, em consequência, o Decreto- Lei n.º 432/99 de 25 de Outubro;
- **Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25 de Fevereiro** - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º. 2001/45/CE, do Parlamento europeu e do Conselho, de 27 de Junho, relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho;

EQUIPAMENTOS DOTADOS DE VISOR

- **Decreto-Lei n.º 349/93 de 1 de outubro e Portaria n.º 989/93, de 6 de outubro** na sua redação atual - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 90/270/CEE de 29 de maio relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor;

SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

- **Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 de junho** na sua redação atual - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 92/58/CEE de 24 de junho, relativa a prescrições mínimas para a sinalização de segurança e saúde no trabalho;
- **Portaria n.º 1456-A/95 de 11 de dezembro** na sua redação atual - Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho;
- **Decreto Regulamentar n.º 41/2002, de 20 de agosto** - Altera o Regulamento de Sinalização de Transito, aprovado pelo Decreto-Lei nº 22-A/98;
- **Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro** na sua redação atual- Aprova o Regulamento de Sinalização de Trânsito e inclui a regulamentação relativa à sinalização de obras e obstáculos ocasionais na via pública (revoga o anterior Decreto Regulamentar n.º 33/88 de 12 de setembro). Com a nova redação, dada pelo Decreto-Regulamentar nº 41/2002, de 20 de agosto;
- **Lei nº 33/2004, de 28 de julho** - Colocação de proteção nas guardas de segurança nas vias de circulação públicas, integradas ou não na rede rodoviária nacional, contemplando a perspetiva de segurança dos veículos de duas rodas.

MOVIMENTAÇÃO MANUAL DE CARGAS

- **Decreto-Lei n.º 330/93, de 25 de setembro** - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 90/269/CEE, do Conselho, de 29 de maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas;

PROTEÇÃO CONTRA O RUÍDO

- **Decreto-Lei n.º 182/2006 de 6 de setembro** - Transpõe para o direito interno a – Diretiva n.º 2003/10/CE de 6 de fevereiro -, relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos devidos à exposição ao ruído durante o trabalho;
- **Decreto-Lei n.º 221/2006 de 8 de novembro** na sua redação atual - Estabelece disposições legais sobre poluição sonora emitida por diversas atividades;
- **Lei n.º 113/99, de 3 de agosto** - Desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais;
- **Decreto-Lei n.º 182/2006 de 6 de novembro** - Relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído);
- **Decreto-Lei n.º 221/2006 de 8 de novembro** na sua redação atual - Estabelece as regras, em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 2000/14/CE, relativa à aproximação das legislações, em matéria de emissões de sonoras para o ambiente, dos equipamentos para a utilização no exterior. Revoga o 76 /2002 de 26 de março;
- **Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro** na sua redação atual- Estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora, visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações (revoga o anterior Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de novembro);
- **Declaração de Retificação n.º 18/2007 de 16 de março** - Retifica o Decreto-Lei n.º 9 / 2007 de 17 de janeiro.

PROTEÇÃO CONTRA RISCOS ELÉTRICOS

- **Portaria n.º 37/70 de 17 de janeiro** - Primeiros Socorros em acidentes pessoais produzidos por correntes elétricas;
- **Decreto-Lei n.º 740/74 de 26 de dezembro** na sua redação atual - Aprova os Regulamentos de Segurança de Instalações de Utilização de Energia Elétrica e de Instalações Coletivas de Edifícios e Entradas;
- **Decreto Regulamentar n.º 1/92 de 18 de fevereiro** - Regulamento de Segurança em linhas elétricas de alta tensão;
- **Decreto-Lei n.º 21/2017, de 21 de fevereiro**, na sua atual redação - Equipamento elétrico utilizado entre certos limites de tensão;
- **Decreto-Lei n.º 740/74 de 26 de dezembro** na sua redação atual - Aprova o regulamento de segurança de instalações de utilização de energia elétrica (alterado pela Portaria n.º 303/76 de 26 de abril).

UTILIZAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

- **Decreto-Lei n.º 24/2012 de 6 de fevereiro** na sua redação atual - Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 98/24/CE, do Conselho, de 7 de abril, relativa à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes químicos no trabalho, bem como as Diretivas n.º 91/322/CEE, da Comissão, de 29 de Maio e 2000/39/CE, da Comissão, de 8 de Junho, sobre valores limites de exposição profissional a agentes químicos.
- **Decreto-Lei n.º 220/2012, de 10 de outubro** - Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e mistura;

DESCARGAS E RESÍDUOS NA OBRA

- **Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de dezembro** na sua redação atual - Aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril, e a Diretiva n.º 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro;
- **Decreto-Lei n.º 71/2016 de 4 de novembro** - Aprova a Lista Europeia de Resíduos;

- **Decreto-Lei n.º 239/2003 de 4 de outubro**, na sua redação atual 24-05-2007 - Estabelece o regime jurídico do contrato de transporte rodoviário nacional de mercadorias;
- **Portaria n.º 145/2017 de 26 de abril** - Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional.

PROTEÇÃO CONTRA RISCOS VÁRIOS

- **Decreto-Lei n.º 479/85 de 13 de novembro** na sua redação atual- Fixa as substâncias, agentes e os processos industriais que comportam risco cancerígeno, efetivo ou potencial, para os trabalhadores profissionalmente expostos;
- **Decreto-Lei n.º 24/2012 de 6 de fevereiro** na sua redação atual - Estabelece diversas medidas de proteção de saúde dos trabalhadores contra o risco de exposição ao chumbo;
- **Decreto-Lei n.º 301/2000 de 18 de novembro** na sua redação atual - Regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos, ou mutagénicos, durante o trabalho; e
- **Decreto-Lei n.º 46/2006, de 24 de fevereiro** - Relativo às prescrições mínimas de proteção da segurança e saúde dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devidos a agentes físicos (vibrações). Transpõe para a ordem jurídica interna a diretiva 2002/44/CE de 25 de junho.

A Entidade Executante deverá organizar até 22 (vinte e dois) dias após a consignação (ou, se for o caso, após a primeira consignação parcial), um dossier devidamente identificado, que contenha de forma organizada uma compilação da regulamentação aplicável, nomeadamente a legislação e os Regulamentos acima referidos, que possa ser consultado sempre que necessário.

1.6 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL E DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES

A Entidade Executante deverá estabelecer objetivamente o organograma funcional nominal identificando os meios humanos afetos à empreitada. Cabe à Entidade Executante identificar e integrar no organograma os meios humanos afetos à gestão e controlo da segurança no trabalho, devendo em conjunto serem identificadas todas as pessoas necessárias para preparar e organizar os documentos para adaptar/complementar o Plano de Segurança e de Saúde e acompanhar e garantir a sua implementação.

É competência do Diretor Técnico da Empreitada definir, por escrito, as responsabilidades e funções de cada pessoa, nomeadamente no que respeita à segurança no trabalho.

Os projetos, planos e procedimentos relativos à segurança no trabalho devem ser preparados e verificados por técnicos com formação em engenharia, de acordo com as respetivas especialidades. Quanto aos registos de verificação do preconizado nos projetos, planos e procedimentos devem ser efetuados pelos encarregados responsáveis por cada frente de trabalho.

Os responsáveis por cada atividade devem possuir formação e experiência adequada de modo a garantir o bom desempenho das funções atribuídas.

É responsabilidade da Entidade Executante assegurar a existência, em permanência, no local de realização dos trabalhos de pelo menos um elemento com formação de socorrista, o qual poderá ser um trabalhador da obra.

No prazo de 11 (onze) dias a contar da data da consignação da empreitada a Entidade Executante submeterá à aprovação da Fiscalização, **o Organograma Funcional**, identificando nominalmente cada pessoa que desempenhe cada função explicitada, acompanhado dos currículos das pessoas com funções "chave" da área da segurança e saúde a afetar à obra. Deverá também a Entidade Executante identificar a pessoa ou as pessoas que possuem formação específica em matéria de segurança e saúde no trabalho.

Sem prejuízo das responsabilidades legalmente conferidas ao Diretor Técnico da Empreitada, este deverá assegurar toda e qualquer função/competência que não seja cometida a outrem.

Durante todo o período da obra, a Entidade Executante garantirá a afixação no estaleiro, em local bem visível, do Organograma Funcional em vigor.

A Entidade Executante arquivará no Anexo 4 cópias dos Organogramas Funcionais aprovados para a realização da empreitada e uma síntese da definição de funções e responsabilidades da área da segurança e saúde no trabalho.

CONTROLO DE ASSINATURAS

Todas as pessoas com tarefas de preparação, atualização e verificação de projetos, planos e/ou procedimentos, assim como de realização de verificações e respetivos registos, devem ser identificadas no registo de Controlo de Assinaturas, o qual será efetuado pela utilização do modelo ref.8 Mod. Q01 incluído no Anexo 1.

A lista deverá ser preparada no início da empreitada e atualizada sempre que se verifiquem novas atribuições de competências do tipo das referidas, a pessoas que nela ainda não constem.

Aa Entidade Executante é responsável por manter o registo de Controlo de Assinaturas permanentemente atualizado. Os elementos da Fiscalização serão também identificados no referido registo.

O registo de controlo de assinaturas será incluído no Anexo 4.

1.7 - HORÁRIO DE TRABALHO

Antes do início dos trabalhos, a Entidade Executante deverá submeter à aprovação da Fiscalização o Horário de Trabalho que pretende utilizar no decurso da empreitada. Nos termos da legislação em vigor e de acordo com o previsto no Caderno de Encargos, a Entidade Executante deverá patentear no estaleiro, durante todo o período de execução da obra, em local bem visível, o horário de trabalho em vigor, devidamente aprovado pela entidade competente.

A realização de trabalhos fora dos períodos previstos no horário em vigor terá que ser submetida à autorização da Fiscalização, nos termos do Caderno de Encargos. Quando a Fiscalização entenda justificar-se poderá não autorizar a realização de trabalhos fora do horário previsto ou determinar a suspensão do trabalho fora do horário normal.

A Entidade Executante arquivará no Anexo 5 cópia de todos os Horários de Trabalho utilizados na empreitada, notando sobre os mesmos os períodos de validade. Os pedidos de realização de trabalho extraordinário e respetivas autorizações devidamente assinadas pela Fiscalização serão arquivados também no Anexo 5.

1.8 - SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO

Antes de iniciados os trabalhos e atendendo à legislação aplicável e ao estipulado no Caderno de Encargos, a Entidade Executante comprovará à Fiscalização, conforme previsto, a existência, a adequabilidade e a validade dos seguros exigidos contratualmente.

É responsabilidade da Entidade Executante verificar e assegurar que todos os trabalhadores da obra, incluindo os dos subempreiteiros, tarefeiros, fornecedores e trabalhadores independentes, estão seguros contra acidentes de trabalho.

A Entidade Executante procederá ao controlo e registo das apólices de seguros de acidentes de trabalho pela utilização do modelo ref.8 Mod. S07 incluído no Anexo 1.

O registo dos seguros de acidentes de trabalho será verificado e atualizado periodicamente de forma a garantir em contínuo que todos os trabalhadores da obra estão cobertos pelo seguro. Em caso algum é permitida a permanência no estaleiro de pessoas não cobertas pelo seguro.

As folhas de Registo de Apólices de Seguros de Acidentes de Trabalho e cópias das apólices e comprovativos de pagamento ou validade serão incluídas no Anexo 6.

1.9 - FASES DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA

A Entidade Executante deverá planejar os trabalhos da empreitada de modo a assegurar que a mesma seja executada em condições de segurança, para o que deve identificar previamente as fases de execução e as prioridades das mesmas, assim como as incompatibilidades de execução simultânea face aos riscos que daí decorrem.

Com a definição prévia das fases de execução da empreitada pretende-se identificar objetivamente e anular os potenciais riscos resultantes de um incorreto planeamento dos trabalhos.

No Anexo 7 serão arquivados os documentos relativos à definição das fases de execução da empreitada.

1.10 - MÉTODOS E PROCESSOS CONSTRUTIVOS

A Entidade Executante, antes da realização de qualquer trabalho, identificará quais os métodos e processos construtivos que vai utilizar, os riscos associados e as medidas preventivas que prevê implementar.

Nenhum trabalho que envolva riscos deverá ser realizado de forma imprevista, não planeada e não considerada nos documentos do *Plano de Segurança e de Saúde*.

Quando os métodos e processos construtivos a utilizar não sejam os tradicionais ou apresentem níveis de complexidade não habituais, a Entidade Executante para além dos *Procedimentos de Inspeção e Prevenção* (vd.3.8) preparará previamente *Procedimentos ou Instruções de Trabalho* que submeterá à aprovação da Fiscalização.

Os *Procedimentos ou Instruções de Trabalho* são documentos que devem especificar para cada atividade o seu modo operativo, isto é, o modo como é realizada. Pretendem servir de base à identificação e

avaliação de riscos envolvidos na sua execução e à definição das medidas preventivas a implementar para eliminar ou reduzir a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho e/ou doenças profissionais.

No Anexo 8 serão arquivados todos os *Procedimentos e Instruções de Trabalho* que sejam preparados e implementados.

1.11 - ADAPTAÇÃO/ COMPLEMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA E DE SAÚDE

Este *Plano de Segurança e de Saúde* é um documento que estabelece as regras a observar no estaleiro da presente obra, durante a fase de construção, pretendendo-se reduzir o risco de ocorrência de acidentes e proteger a saúde dos trabalhadores durante a construção.

Atendendo aos métodos e processos construtivos selecionados pelo/a Entidade Executante e aceites pela Fiscalização, devem ser planeadas, implementadas e registadas todas as medidas que se justifiquem para assegurar a segurança e saúde dos trabalhadores. Assim, cabe ao Coordenador de Segurança da Obra, de acordo com a evolução dos trabalhos e eventuais alterações ao projeto da obra, efetuar, ou mandar efetuar, as necessárias adaptações/complementos do *Plano de Segurança e de Saúde*. Sempre que aplicável e considerado adequado, as adaptações/complementos atenderão ao preconizado no Plano entregue a Entidade Executante pelo Dono da Obra.

Neste contexto, o *Plano de Segurança e de Saúde* é apresentado sob a forma de dossier, de forma a facilitar a sua atualização e consulta.

Este *Plano de Segurança e de Saúde* é assim um documento dinâmico que terá que, durante a fase de execução da empreitada, ser objeto de permanente adaptação/complemento, e que a todo o momento será prova do que foi previsto, planeado e executado em matéria de segurança e saúde.

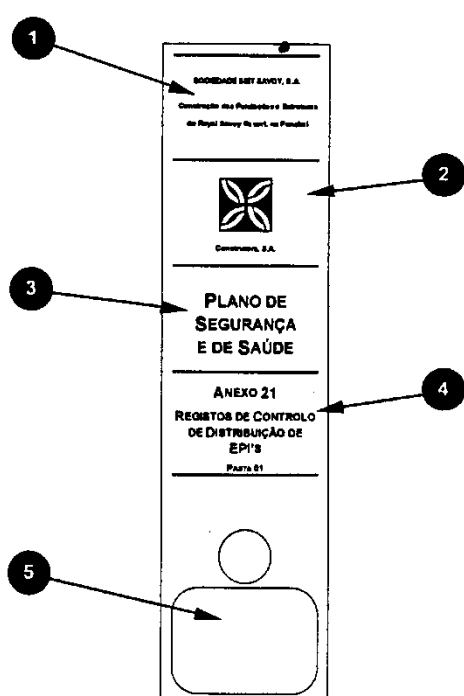
A adaptação/complemento do *Plano de Segurança e de Saúde* consiste essencialmente na preparação e integração de projetos, planos e procedimentos referidos neste *P.S.S.* e na realização de registos das ações executadas que no seu conjunto serão incluídos nos anexos e que farão parte integrante do presente *Plano de Segurança e de Saúde*. A manutenção atualizada da documentação do Plano de Segurança e de Saúde é da responsabilidade a Entidade Executante.

Sempre que o volume de documentos a integrar num dado anexo justifique a criação de um arquivo próprio (dossier), deve a Entidade Executante proceder à sua preparação, identificação e organização nos moldes previstos, e registar o facto no respetivo anexo, referenciando a localização daquele.

Todos os arquivos do âmbito do Plano de Segurança e de Saúde deverão permanecer no estaleiro arrumados de modo organizado em estantes durante toda a fase de construção. Caso seja necessário utilizar documentos noutros locais devem ser efetuadas cópias.

IDENTIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS

As lombadas das pastas de arquivo que sejam criadas no âmbito do Plano de Segurança e de Saúde devem ser de cor igual à do presente documento e identificar objetivamente o seu conteúdo conforme seguidamente se apresenta.



- 1) Zona para identificação do Dono da Obra, do Empreendimento e da Obra
- 2) Zona para identificação da entidade adjudicatária da obra em causa.
- 3) Designação da área a que respeita a pasta.
- 4) Designação do arquivo. As pastas destinadas ao arquivo de um dado tipo de documento devem ser numeradas sequencialmente.
- 5) Zona para notas auxiliares.

REGRAS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E DE ARQUIVO

- Todos os projetos, planos, procedimentos e registos relativos à segurança e saúde farão menção à designação da empreitada e entidade adjudicatária.
- Cada projeto, plano, procedimento ou registo pode ser composto por várias páginas. A paginação será feita pela indicação em todas as páginas do *Número de página / Total de páginas do documento*. Eventuais anexos dos documentos serão objeto do mesmo tipo de paginação.
- Dentro de cada pasta de arquivo os documentos serão organizados de acordo com os sistemas de codificação dos elementos estabelecidos pelo a Entidade Executante e por numeração sequencial no caso dos registos, atendendo às datas da sua realização.

- Em todas as pastas de arquivo ou secção das mesmas os documentos mais recentes são arquivados sobrepondo-se aos mais antigos (números maiores sobre os menores).
- Todos os documentos substituídos serão mantidos em arquivo devendo ser mencionado sobre os mesmos a data da substituição e a referência do documento que os substituiu.
- No início de cada pasta haverá um índice com o conteúdo da pasta. Quando estas forem organizadas por secções estarão patentes no início da pasta o índice das secções e dentro de cada secção, uma folha para averbamento do seu conteúdo.
- Nas pastas de registos existirá cópia atualizada do Controlo de Assinaturas (*vd.* Controlo de Assinaturas em 1.6 - Organigrama Funcional e Definição de Funções) onde estarão identificadas todas as pessoas autorizadas a assinar documentos do âmbito do *Plano de Segurança e de Saúde* (elementos da Entidade Executante e da Fiscalização).

1.12 - ENTREGA DO PLANO DE SEGURANÇA E DE SAÚDE

Concluídos todos os trabalhos da empreitada, incluindo os ensaios a realizar, o/a Entidade Executante entregará, no ato da Receção Provisória, ao Coordenador de Segurança da Obra e este ao Dono da Obra, o *Plano de Segurança e de Saúde* organizado nos termos previstos.

Este facto será registado no Auto da Receção Provisória, anexando-se declaração, conforme o modelo ref.3 Mod. S13 incluído no Anexo 1, devidamente preenchida e assinada por todos os elementos previstos. Deverá ser incluída uma cópia dessa declaração no início do *Plano de Segurança e de Saúde*. Caso haja lugar à execução de trabalhos durante o prazo de garantia, a Entidade Executante obriga-se a proceder à sua realização de acordo com o estipulado no *Plano de Segurança e de Saúde* e a planear e implementar as medidas necessárias, bem como a promover a integração dos elementos desenvolvidos no *Plano de Segurança e de Saúde* sempre que se justifique.

2 - CARACTERIZAÇÃO DA EMPREITADA

Na presente secção do *Plano de Segurança e de Saúde* inclui-se uma caracterização genérica dos trabalhos da empreitada, identificam-se condicionantes, riscos especiais e registam-se algumas notas sobre a realização da empreitada.

Os elementos aqui incluídos devem ser considerados pelos intervenientes nos processos de preparação, planeamento e execução da empreitada.

2.1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS

Esta obra refere-se à **Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes – Funchal - Implementação de Medidas de Melhoria Energética**, localizada na Rua de São Martinho 644, São Martinho, 9000-149 Funchal.

A presente empreitada destina-se na implementação de medidas de melhoria de eficiência energética no edifício da Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes.

As principais intervenções serão na substituição de sistemas de iluminação, de instalação de sistemas fotovoltaicos para autoconsumo sem baterias, bombas de calor, intervenção pontual na rede de águas existente para melhoria da sua eficiência e outros trabalhos de construção civil de apoio.

2.2 - MAPA DE QUANTIDADES DE TRABALHO

Os trabalhos incluídos na empreitada do “**ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA**”, são os que estão definidos no Mapa de Quantidades de Trabalhos incluídos nos documentos que acompanham o projeto.

Ao Coordenador de Segurança da Obra compete efetuar, ou mandar efetuar, a análise do mapa de Quantidade de Trabalho e avaliar/complementar a identificação dos trabalhos e materiais que oferecem riscos, quer pela própria natureza, quer pelo efeito de incompatibilidade ou outro, e determinar também as medidas preventivas adequadas, em complemento do definido neste Plano.

2.3 - CONDICIONALISMOS EXISTENTES NO LOCAL

Identificam-se como maiores condicionalismos existentes no local e no meio envolvente que, direta ou indiretamente, podem prejudicar ou condicionar os trabalhos no estaleiro, os seguintes aspetos:

- Condições de acesso ao local, quer da entrada quer da saída de viaturas do local da obra, pois localiza-se num estabelecimento escolar.
- Eventual circulação/entrada de pessoas não autorizadas na zona da obra.

Na preparação e planeamento dos trabalhos, a Entidade Executante deverá ter em consideração os condicionalismos identificados, assim como outros que venha a detetar na fase de execução, planear e implementar todas as medidas necessárias à prevenção de acidentes face aos riscos associados.

Antes do início dos trabalhos o Adjudicatário deverá solicitar por escrito nos vários Serviços responsáveis, elementos que identifiquem o posicionamento de todos os serviços existentes e/ou previstos, quer em planta, quer em corte.

Quando existam serviços afetados, a Entidade Executante deverá, antes de iniciar os trabalhos de escavação, executar manualmente valas transversais ao desenvolvimento das linhas dos serviços, de modo a localizar em profundidade todos os serviços já identificados e eventualmente outros que existam e que não tenham sido assinalados.

A Entidade Executante, em coordenação com a Fiscalização, deverá manter um contacto permanente com as entidades concessionárias dos serviços. Importa assegurar que eventuais remoções e/ou reinstalações de serviços sejam executadas de modo a evitar acidentes durante a execução da empreitada.

2.4 - PLANO DE TRABALHOS

É responsabilidade da Entidade Executante preparar e apresentar o Plano de Trabalhos para a empreitada, conforme previsto no Caderno de Encargos.

O Plano de Trabalhos deve ser preparado com base no desenvolvimento do faseamento previamente identificado (*vd.* 1.9 – Fases de Execução de Empreitada).

Nos períodos de maior concentração de trabalhos o risco de ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças profissionais é mais elevado.

O Plano de Trabalhos deve ser preparado de modo que não sejam realizados simultaneamente trabalhos que se considerem incompatíveis ou que a sua execução em simultâneo seja geradora de riscos acrescidos aos que estão associados à sua execução em separado.

Sem prejuízo do previsto no Caderno de Encargos, o Plano de Trabalhos deve ser submetido à apreciação do Coordenador de Segurança da Obra, não podendo o mesmo ser aprovado sem parecer favorável do referido Coordenador, que assinará o Plano de Trabalhos mencionando o seu aval.

O Plano de Trabalhos deve ser alterado/ajustado sempre que por questões de segurança e/ou saúde se considere justificável.

O Coordenador de Segurança da Obra pode solicitar à Entidade Executante, sempre que entenda conveniente, as alterações e/ou ajustes ao Plano de Trabalhos que entenda necessárias.

No Anexo 7 será arquivado o Plano de Trabalhos e respetivas alterações.

2.5 - CRONOGRAMA DE MÃO-DE-OBRA

Conjuntamente com o Plano de Trabalhos e sem prejuízo do previsto no caderno de Encargos, a Entidade Executante apresentará cronogramas de mão-de-obra que indiquem por semana os valores previstos das cargas de mão-de-obra expressas em Homens e Homens x horas, assim como os valores acumulados.

Os cronogramas de mão-de-obra devem ser apresentados em gráfico de barras verticais, sendo o comprimento das barras proporcional ao valor da carga de mão-de-obra da semana correspondente.

O Planeamento dos trabalhos deve ser feito evitando, tanto quanto possível, grandes variações nas cargas de mão-de-obra. Os períodos a que correspondam maiores afetações de mão-de-obra, devem ser objeto de um maior controlo de modo a garantir condições adequadas de segurança no trabalho.

O Coordenador de Segurança da Obra poderá também solicitar à Entidade Executante a elaboração de cronogramas de mão-de-obra por categorias profissionais, devendo estes serem apresentados no prazo máximo de uma semana após a solicitação.

Para além dos cronogramas de mão-de-obra realizados com base no Plano de Trabalhos, a Entidade Executante registará mensalmente, de modo equivalente, as cargas de mão-de-obra reais. A Entidade Executante arquivará esses registos no Anexo 7.

2.6 – LISTA DE TRABALHOS COM RISCOS ESPECIAIS

A presente empreitada inclui diversos trabalhos com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores. Conforme previsto no art.º 7 do Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, e sem prejuízo de outros que a Entidade Executante, o Coordenador de Segurança da Obra e a Fiscalização venham a identificar, apresenta-se no quadro seguinte uma lista não exaustiva de trabalhos que envolvam riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores.

LISTA NÃO EXAUSTIVA DOS TRABALHOS COM RISCOS ESPECIAIS					
Nº	Trabalhos	Riscos potenciais	Risco (*)		
			B	M	A
1	Demolições	<ul style="list-style-type: none"> - Quedas em altura - Queda ao mesmo nível - Projeção de materiais - Queda de materiais - Exposição ruído e vibrações - Golpes, cortes, perfurações 	X	X X X X X	
2	Trabalhos em altura	<ul style="list-style-type: none"> - Quedas em altura - Queda ao mesmo nível - Projeção de materiais - Queda de materiais 	X	X X X	X
3	Trabalhos de serralharia	<ul style="list-style-type: none"> - Queda em altura - Queda ao mesmo nível - Queimaduras - Incêndios - Eletrocussão/ Eletrização - Projeção de materiais - Golpes, cortes, perfurações 	 X X	X X X X	X
4	Trabalhos elétricos	<ul style="list-style-type: none"> - Queimaduras - Incêndios - Eletrocussão 		X X	X
5	Execução de infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> - Queda em altura - Queda ao mesmo nível - Queda de objetos - Cortes/pancadas/Lesões-músculo-esqueléticas - Eletrocussão 	X X X X	X	
6	Desmontagem e montagem de equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Queda em altura - Queda ao mesmo nível - Queda de objetos 	 X X	X	

		- Cortes/pancadas/Lesões-músculo-esqueléticas - Entalamentos/esmagamentos	X		X
--	--	--	---	--	---

(*) Avaliação dos riscos: **B** = Baixo, **M** = Médio, **A** = Alto

Para os trabalhadores referidos e para todos os outros que a Entidade Executante, o Coordenador de Segurança da Obra ou Fiscalização venham a identificar, a Entidade Executante definirá, atendendo aos métodos e processos construtivos, as medidas preventivas e de proteção adequadas para assegurar a segurança e saúde dos trabalhadores.

2.7 – LISTA DE MATERIAIS COM RISCOS ESPECIAIS

A presente empreitada inclui alguns materiais com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores. Apresenta-se no quadro seguinte uma lista não exaustiva de materiais que envolvem riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores.

LISTA NÃO EXAUSTIVA DE MATERIAIS COM RISCOS ESPECIAIS					
Nº	Materiais / Equipamentos	Riscos potenciais	Risco (*)		
			B	M	A
1	Cimento	- Dermatoses - Problemas Respiratórios		X	X
2	Aços	- Perfurações		X	
3	Betões e argamassas	- Dermatoses - Projeção de partículas - Irritação na pele e queimaduras	X X	X	
4	Tintas, resinas e solventes	- Incêndio e Explosão - Intoxicações - Doenças respiratórias - Doenças cutâneas		X X	 X X

(*) Avaliação dos riscos: **B** = Baixo, **M** = Médio, **A** = Alto

Para os materiais referidos e para todos os outros que a Entidade Executante, o Coordenador de Segurança da Obra ou a Fiscalização venham identificar, a Entidade Executante definirá, atendendo às características dos materiais e aos processos de manuseamento e acondicionamento, as medidas preventivas adequadas para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores.

Genericamente, para todos os materiais e equipamentos incorporáveis, a Entidade Executante terá em consideração as características dos mesmos e atenderá às indicações contidas nos rótulos dos mesmos e nas respetivas fichas técnicas, as quais deverá solicitar sempre ao fabricante/fornecedor antes da receção dos materiais/equipamentos no estaleiro.

Note-se que não pode ser descurada a atenção a produtos perigosos de utilização indireta, como sejam os combustíveis, tanto no que se refere ao seu acondicionamento, como na sua utilização.

3 – ACCÇÕES PARA A PREVENÇÃO DE RISCOS

As ações a empreender na realização dos trabalhos de empreitada de **“ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA”**, para a prevenção de riscos devem ser objeto de planeamento prévio que poderá resultar na preparação de um conjunto de projetos, planos e procedimentos relativos à segurança e saúde.

Nesta secção, são definidas as regras a atender para essa preparação, que se considera necessário desenvolver e implementar na fase de execução da empreitada para a prevenção dos riscos associados dos trabalhos.

Note-se que todos os projetos, planos e procedimentos preparados no âmbito do P.S.S. terão de ser assinados pelo Diretor Técnico da Empreitada, pelo Coordenador de Segurança da Obra e pela Fiscalização.

3.1 - PROJECTO DO ESTALEIRO

O *Projeto do Estaleiro* será elaborado pela Entidade Executante atendendo ao previsto no Caderno de Encargos e deverá ser apresentado para aprovação da Fiscalização nos prazos definidos. Na elaboração desse projeto deverá ser seguida a regulamentação específica aplicável, nomeadamente o *Regulamento de Instalações Provisórias Destinadas ao Pessoal Empregado nas Obras* e, no caso de o

estaleiro ocupar total ou parcialmente vias públicas, o *Regulamento de Sinalização de Obras Ocasionais na via Pública*. Deverão também considerar-se eventuais regulamentos Municipais aplicáveis.

O *Projeto do Estaleiro* deverá identificar e definir objetivamente através de peças escritas e desenhadas, a implantação e características das instalações de apoio à execução dos trabalhos, dos equipamentos de apoio fixos, das infraestruturas provisórias e de todos os outros elementos que as características dos trabalhadores, os métodos e processos construtivos a utilizar determinarem. Sem prejuízo do regulamentado, o *Projeto do Estaleiro* deverá respeitar, quando aplicável, os aspetos a seguir referidos:

VEDAÇÕES

É obrigação da Entidade Executante tomar as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas. O *Projeto do Estaleiro* identificará a implantação das vedações e as respetivas características.

As áreas sociais do estaleiro e as confinantes com a via pública serão obrigatoriamente vedadas por tapumes opacos com 2.20 m de altura mínima em toda a sua extensão. Poderão ser dotadas de aberturas, com dimensão, espaçamento e localização adequadas para o efeito. As aberturas serão constituídas de modo a não apresentarem riscos de ferimento para os transeuntes.

Os materiais e equipamentos utilizados na execução da obra, assim como entulhos, situar-se-ão obrigatoriamente no interior dos tapumes, exceto se de outra forma for devidamente autorizado.

Os portões de acesso ao estaleiro deverão obrigatoriamente conter a sinalização de segurança de acordo com 3.2 - *Plano de Acesso, Circulação e Sinalização*. Sempre que estiverem abertos existir no local pelo menos um guarda que proceda ao controlo das entradas, por forma a assegurar que o acesso ao estaleiro seja reservado apenas a pessoas autorizadas.

Se na obra existir Guarda permanente, deverá ser prevista uma construção para que lhe servir exclusivamente de local de repouso, com uma área não inferior a 6.0 m² e com um pé-direito mínimo de 2.20 m.

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

O estaleiro disporá de instalações sanitárias adequadas e devidamente resguardadas das vistas. As instalações sanitárias a instalar no estaleiro respeitarão as seguintes condições:

Pé- direito mínimo	2.60m
Lavatórios	1 unidade por 5 trabalhadores
Chuveiros	1 unidade por 20 trabalhadores

Urinóis	1 unidade por 25 trabalhadores
Retretes	1 unidade por 15 trabalhadores
Altura mínima das divisórias entre chuveiros e entre retretes	1.70 m

Caso existam dormitórios no estaleiro, as instalações serão em zona contígua aos mesmos, sendo obrigatório que o acesso dos dormitórios às instalações sanitárias contíguas seja feito através de zona coberta.

REFEITÓRIO

O refeitório será coberto e abrigado das intempéries, dotado de água potável e disporá de mesas e bancos em quantidade adequada ao número de trabalhadores da obra.

O refeitório deve dispor de portas de abrir para o exterior e meios de combate a incêndios adequados.

O refeitório a instalar no estaleiro da obra deverá respeitar as seguintes condições:

Pé-direito mínimo: 2.50 m

Área mínima de portas e janelas: 1/10 da área do pavimento

ARMAZÉNS DE MATERIAIS

Todos os materiais e equipamentos de pequena dimensão e/ou que possam deteriorar-se ao ar livre devem ser adequadamente organizados e arrumados em zonas de armazenamento fechadas.

FERRAMENTARIA

As ferramentas e equipamentos de pequena dimensão devem ser guardados diariamente em áreas fechadas destinadas para o efeito.

PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS

No estaleiro poderá ser prevista zona de parque de equipamentos móveis destinada a estacionamento de equipamentos sempre que não estejam a ser utilizados.

Caso seja necessário no estaleiro uma cisterna para combustível esta deverá ser montada junto ao parque de equipamentos e disporá de meios de combate a incêndios.

PARQUE DE VIATURAS DE PESSOAL

O parque para estacionamento de viaturas de pessoal, se existir, será separado do parque de equipamentos e deverá ser próximo da zona social do estaleiro próximo da entrada do estaleiro.

PARQUES DE MATERIAIS

Os materiais serão arrumados e organizados em parques próprios de acordo com as suas características e serão transportados para zonas de trabalhos para serem aplicados.

REDE PROVISÓRIA DE ÁGUA

A Entidade Executante deverá elaborar o projeto da rede de água potável e respetivos pontos de abastecimentos e válvulas de seccionamento. O abastecimento se for feito a partir da rede pública será objeto de pedido junto das entidades competentes.

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS

A Entidade Executante deverá elaborar o projeto do sistema de águas residuais no qual deve identificar os destinos a dar às mesmas, e, se necessário, obter a provação das entidades competentes.

REDE PROVISÓRIA DE ELECTRICIDADE

As instalações elétricas serão objeto de projeto específico que terá que ser submetido à aprovação das entidades competentes.

VITRINA PARA AFIXAÇÃO DE INFORMAÇÃO

No estaleiro será obrigatoriamente montada, em local bem visível e acessível a todos os trabalhadores, pelo menos uma vitrina com dimensões adequadas destinada a afixar documentação sobre segurança e saúde, nomeadamente, a exigida por lei e a prevista no presente *Plano de Segurança e de Saúde*.

LIMPEZA E RECOLHA DE LIXOS

Deve ser dada especial atenção às condições de trabalho dos trabalhadores, prevendo os meios necessários para manutenção e conservação de todas as instalações sociais e para uma adequada limpeza de todas as zonas de passagem ou permanência dos trabalhadores, incluindo as zonas de trabalho.

A Entidade Executante deverá prever a recolha de lixo em recipientes fechados e providenciar a sua remoção diária, por serviços próprios ou pelos serviços camarários, devendo, neste último caso, a Entidade Executante diligenciar, junto dos mesmos, o local de recolha e a execução de tal serviço.

CIRCULAÇÕES INTERNAS

O *Projeto do Estaleiro* integrará a definição dos caminhos de circulação internos, devendo ser considerado o faseamento dos trabalhos e a necessidade de acesso de camiões.

No Anexo 9 deve ser incluída cópia do Projeto do Estaleiro e alterações que vierem a ser efetuadas.

3.2 - PLANO DE ACESSO, CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003 devem adotar-se as medidas para garantir as condições de acesso, deslocação e circulação necessárias à segurança de todos os trabalhadores no estaleiro.

Conjuntamente com o *Projeto de Estaleiro*, a Entidade Executante preparará o *Plano de Acesso, Circulação e Sinalização* de modo a programar a adoção de medidas capazes de garantir adequadas condições de acesso, deslocação e circulação necessárias à segurança de todos os trabalhadores, visitantes no estaleiro, tendo em conta a natureza, as características, dimensão e localização da obra.

Esse plano integrará uma planta que identifique o estaleiro, as vias rodoviárias contíguas e os caminhos pedonais criados ou a criar.

Na preparação do *Plano de Acesso, Circulação e Sinalização* deverá ser considerado o seguinte:

- Identificar todos os acessos ao estaleiro (viaturas e pessoas)
- Todas as entradas no estaleiro devem possuir sinalização externa proibindo a entrada a pessoas estranhas à obra e indicação do Equipamento de Proteção Individual de utilização obrigatória dentro do estaleiro.
- Os caminhos de circulação de veículos pesados devem, antes de utilizados, ser regularizados e compactados de modo a possuírem a capacidade portante necessária, sem que apresentem deformações excessivas.
- Na definição dos caminhos de circulação deve ser considerada a movimentação de todos os materiais e equipamentos utilizados na obra, atendendo às suas características, nomeadamente dimensionais.
- A Entidade Executante deverá estudar a adequabilidade do acesso à obra tendo em conta o equipamento que se propõe a utilizar e o transporte dos elementos de maiores dimensões.
- A sinalização a empregar deverá respeitar a legislação aplicável, nomeadamente o *Regulamento de Sinalização de Carácter Temporário de Obras e Obstáculos na Via Pública*, aprovado pelo *Decreto Regulamentar n.º 33/ 88 de 12 de setembro*.
- A sinalização externa ao estaleiro terá que ser submetida à aprovação da Fiscalização e das

entidades competentes.

Internamente, a sinalização do estaleiro deve identificar:

- Sinalização de zonas perigosas ou interditas, com identificação dos perigos;
- A obrigação de uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's);
- Caminhos pedonais para circulação de pessoas;
- Sinalização da localização dos meios de combate a incêndios;
- Sinalização para evacuação de pessoas em caso de emergência;
- Localização das instalações do estaleiro.

O *Plano de Acesso, Sinalização e Circulação* deve ser estabelecido tendo em conta, nomeadamente, o estipulado no *Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 de junho*, na sua redação atual, relativo às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

Os sinais de segurança e de saúde a empregar nos estaleiros deverão ser os previstos na *Portaria n.º 1456-A/95 de 11 de dezembro na sua redação atual e no Decreto Regulamentar n.º 33/ 88 de 12 setembro*, e devem ser colocados à altura da visão, não devendo ser colocados mais do que três sinais juntos.

No Anexo 10 devem ser incluídas cópias do *Plano de Acesso, Circulação e Sinalização*.

3.3 – PLANO DE CONTROLO GERAL DOS EQUIPAMENTOS DE ESTALEIRO

Para verificar o bom estado de funcionamento dos equipamentos do estaleiro, a Entidade Executante realizará semanalmente um controlo geral dos mesmos que registará em cópias do modelo S06 incluindo no Anexo 1.

A Entidade Executante deverá designar o responsável pelo *Controlo Geral dos Equipamentos de Estaleiro* (pessoa com categoria profissional equivalente ou superior a encarregado), ao qual cabe assegurar a realização do controlo geral que terá de incidir sobre todos os equipamentos que podem apresentar riscos para os trabalhadores.

É a responsabilidade da Entidade Executante:

- Incentivar os operadores dos equipamentos a zelarem pelo bom funcionamento dos equipamentos que operam/utilizam e a comunicarem toda e qualquer anomalia que detetem;
- Proceder ao controlo de todos os equipamentos de estaleiro (próprios e dos seus

- subempreiteiros/tarefeiros) com a periodicidade semanal;
- Efetuar prontamente as correções das anomalias detetadas.

É responsabilidade da Fiscalização assegurar que a Entidade Executante proceda *ao Controlo Geral dos Equipamentos de Estaleiro* com a periodicidade estabelecida.

Os Registos do Controlo Geral dos Equipamentos de Estaleiro serão arquivados no Anexo 11.

3.4 – PLANO DE PROTECÇÕES COLECTIVAS

A Lei-Quadro sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho em vigor determina a necessidade de o empregador aplicar, entre outras, as medidas necessárias de proteção coletiva visando a redução de riscos profissionais. Nesse diploma legal prevê-se também como princípio de prevenção geral que o empregador deve dar prioridade às medidas de proteção coletiva em relação às de proteção individual.

O *Plano de Proteções Coletivas* a desenvolver pela Entidade Executante deverá definir os equipamentos de proteção coletiva a empregar (guarda-corpos, redes de segurança, etc.) e respetiva implantação nos locais adequados em função dos riscos a que a totalidade ou grupos de trabalhadores poderão estar expostos (risco de queda em altura, queda de objetos, etc.).

Além da listagem de medidas a apresentar, as mesmas devem ser identificadas sobre as plantas do estaleiro e da obra registando-se todos os locais onde deverão ser instaladas proteções coletivas que deverão ser devidamente dimensionadas e especificadas.

As medidas de proteção coletiva incluídas noutros Planos, não necessitam de ser descritas no *Plano de Proteções Coletivas*, devendo, no entanto, este Plano fazer referência à sua existência e onde foram consideradas.

O *Plano de Proteções Coletivas* deve ser mantido atualizado cabendo a Entidade Executante proceder à sua revisão/atualização face à evolução dos trabalhos.

No Anexo 12 devem ser incluídos os *Planos de Proteções Coletivas* preparados e implementados, devendo ser notado sobre os mesmos as fases a que cada um deles respeita.

3.5 – PLANO DE INSPECÇÃO E PREVENÇÃO

O *Plano de Inspeção e Prevenção* visa estabelecer para os elementos/operações de construção com riscos associados, as medidas preventivas a adotar face a esses riscos, assim como estabelecer o processo de registo de forma a comprovar a execução das medidas previstas.

O *Plano de Inspeção e Prevenção* baseia-se na utilização sistemática do conjunto de fichas que a seguir se apresenta.

PROCEDIMENTOS DE INSPECÇÃO E PREVENÇÃO

Com os *Procedimentos de Inspeção e Prevenção* pretende-se identificar os riscos e planear as respetivas medidas preventivas associadas à execução de cada elemento/operação de construção.

Para a preparação de *Procedimentos de Inspeção e Prevenção* deve ser utilizado o modelo S03 Incluído no Anexo 1.

Sempre que se justifique, dever-se-á elaborar um fluxograma do processo operativo em causa, o qual deve constar no verso da ficha ou em folha anexa. Até 11 (onze) dias antes de iniciado qualquer trabalho relevante, deverá a Entidade Executante submeter à aprovação da Fiscalização/ Coordenador de Segurança da Obra a respetiva ficha de *Procedimentos de Inspeção e Prevenção*.

Consideram-se relevantes, nomeadamente, os trabalhos identificados na lista não exaustiva incluída no Anexo 13. A Fiscalização ou o Coordenador de Segurança da Obra podem em qualquer momento determinar a elaboração de novos *Procedimentos de Inspeção e Prevenção*.

Nesse Anexo 13 deverá arquivar-se devidamente atualizada, a lista de *Procedimentos de Inspeção e Prevenção* da obra e os originais das respetivas fichas devidamente assinados e datados.

REGISTO DE INSPECÇÃO E PREVENÇÃO

É responsabilidade da Entidade Executante proceder à verificação da execução dos elementos/operações de construção de acordo com os *Procedimentos de Inspeção e Prevenção* estabelecidos, assim como registar as ações realizadas e respetivos resultados das inspeções, medições e ensaios efetuados no âmbito de cada verificação.

Para registar a realização das verificações/tarefas previstas nas fichas de *Procedimentos de Inspeção e Prevenção*, para cada elemento/operação de construção será utilizando o modelo S04 incluído no Anexo 1.

É da responsabilidade da Entidade Executante:

- Proceder ao controlo conforme as verificações/tarefas previstas nos *Procedimentos de Inspeção e*

Prevenção. O controlo correspondente às verificações identificadas como Ponto de Paragem (PP), têm que ser objeto de reverificação por elemento da Entidade Executante com qualificação de Engenheiro.

- Efetuar os registos das ações de controlo desenvolvidas.
- Registrar todas as não conformidades que ocorram.

Cabe à Fiscalização a responsabilidade de acompanhar/certificar o cumprimento das ações desenvolvidas pela Entidade Executante, confirmando-as ou, sempre que considere justificável, ordenando que aquele proceda à elaboração dos registos de não conformidade.

Em caso de dúvida, a Fiscalização poderá elaborar esses registos, devendo o a Entidade Executante juntá-los ao processo e tomar as ações correspondentes.

Cada elemento ou operação de construção a controlar dará origem a tantas fichas quantas as vezes esse elemento ou operação de construção se repetir.

Os *Registos de Inspeção e Prevenção* deverão ser arquivados em obra pela Entidade Executante no Anexo 14. O arquivo será organizado de acordo com o sistema de codificação dos elementos/operações de construção estabelecido pela Entidade Executante.

REGISTO DE NÃO CONFORMIDADE E ACÇÕES CORRECTIVAS / PREVENTIVAS

Sempre que o a Entidade Executante e/ou a Fiscalização considerar que uma não conformidade apresenta gravidade significativa (recuperando ações corretivas importantes) ou embora de menor gravidade corresponda a uma situação de resistência, registar-se-á o facto em cópias do modelo S05 incluindo no Anexo 1.

É da responsabilidade da Entidade Executante:

- Identificar e descrever as não conformidades;
- Propor e acordar com a Fiscalização dentro do prazo acordado as ações corretivas/preventivas
- Verificar a eficácia das ações preventivas;
- Analisar as causas das não conformidades;
- Providenciar a implementação de ações para eliminar as causas reais e/ou potenciais das não conformidades.

É da responsabilidade da Fiscalização:

- Acordar com a Entidade Executante ou determinar as medidas preventivas a executar;

- Analisar a eficácia das medidas preventivas.
- Decidir sobre as ações corretivas/preventivas a implementar. Quando justificável a Fiscalização deverá comunicar ao Dono da Obra as ocorrências, o qual deverá pronunciar-se determinando as medidas que entenda adequadas;
- Analisar a eficácia das ações corretivas/preventivas implementadas no caso de não conformidades de gravidade significativa.

Os Registos de *Não Conformidade e Ações Corretivas/Preventivas* deverão ser arquivados no Anexo 15.

3.6 – PLANO DE IDENTIFICAÇÃO E DE SAÚDE DOS TRABALHADORES

É responsabilidade da Entidade Executante identificar todos os trabalhadores da obra, incluindo os dos subempreiteiros, tarefeiros e trabalhadores independentes.

Todos os trabalhadores da obra antes de iniciarem funções na obra terão que preencher uma ficha de identificação individual em modelo à escolha da Entidade Executante, a qual deve conter os principais dados de identificação pessoal (nome, data de nascimento, naturalidade, n.º do bilhete de identidade, ...), entidade empregadora, categoria profissional e a data de início de funções na obra.

Nos termos da Lei-Quadro sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (Decreto-Lei 441/ 91 de 14 de novembro, revogado pelo Decreto-Lei 102/2009 de 10 setembro), constitui obrigação da entidade empregadora assegurar a vigilância adequada da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que se encontram expostos.

É obrigação da Entidade Executante assegurar que cada trabalhador da obra possui aptidão física e psíquica para o exercício das suas funções. Assim, na ficha individual de cada trabalhador terá que ser notada a data do último exame médico a que o trabalhador foi sujeito e o resultado da inspeção médica, devendo ser anexa a cada ficha individual declaração assinada pelo Médico do Trabalhador atestando a aptidão do trabalhador e a data da próxima inspeção médica.

Os trabalhadores que sofram acidentes que resultem em incapacidade temporária por um período superior a 30 dias devem, antes de regressar ao trabalho ser sujeitos a inspeção médica.

É responsabilidade da Entidade Executante proceder à verificação das fichas individuais de todos os trabalhadores na primeira semana de cada mês de modo a garantir que os trabalhadores têm as inspeções válidas.

No Anexo 16 devem ser arquivadas as fichas individuais de todos os trabalhadores contendo todos os dados mencionados e devidamente assinados e datados pelo Diretor Técnico da Empreitada.

3.7 – PLANO DE PROTECÇÕES INDIVIDUAIS

Por Equipamento de Proteção Individual (EPI) entende-se qualquer equipamento ou seu acessório destinado a uso pessoal do trabalhador para proteção contra riscos suscetíveis de ameaçar a sua segurança ou saúde no desempenho das tarefas que lhe estão cometidas.

Os EPI devem ser utilizados sempre que os riscos existentes não puderem ser evitados de forma satisfatória por meios técnicos de proteção coletiva ou por medidas, métodos ou processos de organização do trabalho. Os EPI devem ser utilizados também como medidas preventivas complementares de outras sempre que se considere justificável.

Na definição dos EPI, deverão distinguir-se os de uso permanente e os de uso temporário. Os primeiros destinam-se a serem utilizados durante a permanência de qualquer trabalhador no estaleiro (por exemplo, uso capacetes de proteção – indispensável em zonas de trabalho que exista risco de: desequilíbrio e queda em altura ou ao mesmo nível, quedas de objetos, desprendimentos de cargas, projeção de materiais - e botas com biqueira de aço - indispensável em zonas de trabalho que exista risco de: estruturas metálicas, pisos escorregadios, superfícies inclinadas, queda de cargas ou objetos pesados sobre os pés, calcamento de objetos cortantes ou perfurantes). Os segundos serão utilizados pelo trabalhador dependendo do tipo de tarefa que desempenha (por exemplo, a) uso de proteções auriculares quando em ambientes com elevada intensidade sonora, b) óculos de proteção, quando é evidente trabalhos com projeção de partículas, libertação de gases agressivos, manipulação de ácidos, processos que gerem clarões, concentração de poeiras, c) uso de máscaras apropriadas, quando os locais de trabalho são muito poluídos, como pós finos de madeira, pedra, cimento, etc., d) luvas de proteção, para trabalhos de manuseamento de produtos químicos agressivos, manipulação de objetos, materiais ou equipamentos com agulhas, lâminas, elementos cortantes ou perfurantes) e dependendo das condições de trabalho excepcionais ou em alturas elevadas a que este possa vir a estar sujeito (por exemplo, uso de arneses na execução de trabalhos em altura – estes devem cumprir com as normas EN 361 e EN 813 -, quer quando não possam ser adotadas medidas de proteção coletiva, quer em complemento destas como medida acessória).

CAPACETES DE PROTECÇÃO

De modo a identificar cada trabalhador na sua categoria profissional, sugerimos que a Entidade Executante utilize na obra o sistema de cores de capacetes que se indica.

Cores de capacetes	Categorias profissionais
Branco	Chefes de equipa; fiscalização; encarregados; arvorados; Capatazes; visitantes
Verde	Pedreiros e cimenteiros
Vermelho	Carpinteiros; montadores de cofragens
Castanho	Armadores de ferro e ferreiros
Azul	Canalizadores e eletricitistas
Amarelo	Serventes; auxiliares; aprendizes; praticantes
Laranja	Condutores; manobreadores de máquinas
Cinzento	Apontadores; controladores; medidores; ferramenteiros

A frente do capacete deverá conter a identificação da entidade empregadora.

Antes da utilização de qualquer EPI, a Direção Técnica da Empreitada terá que assegurar que são transmitidas ao trabalhador que vai utilizar o EPI todas as instruções necessárias para o correto uso do equipamento. Ao trabalhador caberá a responsabilidade de respeitar as instruções de utilização e participar todas as anomalias ou defeitos que detete no equipamento.

A Entidade Executante registará a distribuição de EPI's a todos os trabalhadores da obra, incluindo os dos subempreiteiros, tarefeiro e trabalhadores independentes. Para tal utilizará o modelo S01 incluído no Anexo 1.

No ato de assinar a sua entrega de Equipamentos de Proteção Individual, cada trabalhador deverá assinar a sua receção, competindo ao empregador, nos termos da legislação em vigor, informar aquele dos riscos que cada EPI visa proteger. Nesse ato o trabalhador deverá também tomar conhecimento das suas obrigações assinando a declaração que consta na ficha de Distribuição de EPI.

Os registos de distribuição de EPI's serão arquivados no Anexo 17.

3.8 – PLANO DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

Nos termos da Lei-Quadro sobre a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, constitui obrigação da entidade empregadora assegurar a formação dos trabalhadores tendo em conta as funções que desempenham e o posto de trabalho que ocupam.

Atendendo às características dos trabalhos a realizar, ao prazo de execução da empreitada, às condições condicionantes existentes e aos métodos e processos construtivos, a Entidade Executante deverá preparar até 11 (onze) dias após a data da consignação, um *Plano de Formação dos Trabalhadores*.

O *Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores* poderá incluir ações de diversos tipos, nomeadamente:

- Ações de sensibilização da generalidade dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho;
- Afixação de informações gerais sobre a segurança no trabalho, realçando aspetos essenciais.
- Incluir a calendarização de reuniões periódicas por grupos de trabalhadores;
- Proporcionar formação adequada a trabalhadores com tarefas específicas no âmbito da segurança e saúde (técnicos de prevenção, socorristas, etc.).

Todas as ações no âmbito da Formação e Informação dos Trabalhadores devem ser registadas, incluindo, nomeadamente, registos de presenças, tema abordado, duração, etc...

A Entidade Executante incluíra no Anexo 18 os *Planos de Formação e Informação dos trabalhadores* que desenvolva, com as respetivas calendarizações de ações, assim como os registos comprovativos da realização das mesmas.

ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

As ações de sensibilização deverão ter lugar, num dos primeiros dias de abertura do estaleiro, e durante a execução dos trabalhos com periodicidade previamente definida. É recomendável que as ações de sensibilização não sejam muito longas.

O Diretor Técnico da Empreitada deverá transmitir ao coletivo dos trabalhadores (incluindo os dos subempreiteiros e trabalhadores independentes), a Política da Segurança no Trabalho que definiu para a obra. Deverá apresentar de forma sucinta os aspetos essenciais contidos no *Plano de Segurança e Saúde* da empreitada e que se interessem à generalidade dos trabalhadores.

Sempre que, no decurso da execução da obra, um novo trabalhador seja integrado no estaleiro, o Diretor Técnico da Empreitada deverá também garantir que lhe sejam fornecidas informações gerais sobre segurança e saúde.

AFIXAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Deve ser prevista a afixação, nomeadamente na vitrina prevista em 3.1 - Projeto do Estaleiro, e noutros locais de grande visibilidade pelos trabalhadores, de informações gerais realçando aspetos essenciais do *Plano de Segurança e de Saúde* da empreitada.

Na referida vitrina, a Entidade Executante deverá afixar também os seguintes documentos:

- Comunicação Prévia (*vd.* 1.4 - Comunicação Prévia);
- Horário de trabalho (*vd.* 1.7 – Horário de Trabalho);
- Quadro com registo de telefones de emergência (*vd.* 3.14 – Plano de Emergência);
- Quadro de registo de acidentes e índices de Sinistralidade (*vd.* 3.12 - Plano de Registo de Acidentes e Índices de Sinistralidade);
- Figuras com referências a aspetos específicos sobre a realização de trabalhos;
- Informações relativas às ações que decorrerão no estaleiro sobre segurança e saúde.

REUNIÕES PERIÓDICAS POR GRUPOS DE TRABALHADORES

Para além das ações de sensibilização dirigidas a todos os trabalhadores da obra, deverão também prever-se reuniões periódicas com grupos de trabalhadores, preferencialmente nos próprios locais de trabalho. Consoante as características dos trabalhos e número de trabalhadores existentes no estaleiro, estes grupos poderão ser constituídos por categorias profissionais ou por tipos de trabalho a executar. Nestas reuniões deverão ser analisadas fichas de Procedimentos de Inspeção e Prevenção aplicáveis aos trabalhos que o grupo de trabalhadores irá executar. A duração destas reuniões dependerá da complexidade de cada tipo de trabalho, devendo em regra cingir-se ao mínimo necessário.

3.9 – PLANO DE REGISTO DE ACIDENTES E ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

Sempre que ocorra um acidente (leve, grave ou mortal) deve ser efetuado um inquérito registando-se todas as informações relevantes que permitam uma análise detalhada desse acidente.

A Entidade Executante registará todos os acidentes ocorridos na obra utilizando para tal o modelo S09 incluído no Anexo 1.

COMUNICAÇÃO E REGISTO DE ACIDENTES

É competência da Entidade Executante registar todos os acidentes de trabalho. Sem prejuízo de outras comunicações estabelecidas legalmente, o Diretor Técnico da Empreitada é responsável por comunicar por escrito ao Coordenador de Segurança da Obra e à Fiscalização todos os acidentes ocorridos, atendendo às seguintes regras:

- Todos os acidentes de trabalho ocorridos são comunicados por escrito ao Coordenador de Segurança da Obra e à Fiscalização, no prazo máximo de 24 horas após o acidente. Essas comunicações são feitas pelo envio de cópia do **Registo de Acidente de Trabalho** de acordo com o modelo ref.^a Mod. S09 Incluído no Anexo 1, o qual deve conter todos os dados disponíveis à data do acidente.
- No prazo de uma semana após a data do acidente, a Entidade Executante terá que enviar ao Coordenador de Segurança da Obra e à Fiscalização o **Relatório de Investigação do Acidente**. Esse relatório deve conter no mínimo as causas do acidente e as medidas do mesmo tipo. Estes relatórios são anexos pela Entidade Executante aos respetivos *Registos de Acidentes de Trabalho*.
- Na situação do trabalhador acidentado permanecer de baixa por um longo período, a Entidade Executante enviará ao Coordenador de Segurança da Obra e à Fiscalização, no final de cada mês, a evolução do estado de saúde do acidentado e previsão do seu regresso ao trabalho.
- No prazo máximo de uma semana após o regresso do acidentado ou após a data do apuramento (efetivo) do grau de desvalorização, a Entidade Executante terá que enviar ao Coordenador de Segurança da Obra e à Fiscalização o **Relatório Final** que Integrará obrigatoriamente o *Registo de Acidentes de Trabalho* completamente preenchido e o *Relatório de Investigação do Acidente*.

INDICES DE SINISTRALIDADE

A Entidade Executante registará todos os dados necessários para determinar os principais índices de sinistralidade, em quadros contendo no mínimo a informação que a seguir se apresenta e cuja utilização se descreve.

O número médio de trabalhadores num dado mês regista-se na coluna **(3)**. É calculado pela média aritmética do número de trabalhadores existentes em cada um dos dias desse mês. Somando esse valor com o acumulado no mês anterior obtém-se o número acumulado de trabalhadores que se regista na coluna **(4)**.

Nas colunas (7) a (10) registam-se os acidentes ocorridos na obra, mortais e não-mortais, relativamente ao mês em curso e ao acumulado desde o início.

O número de dias de trabalho perdidos no mês em curso pelo conjunto de trabalhadores do estaleiro é registrado na coluna **(11)**, registrando-se na coluna **(12)** o respectivo número acumulado desde o início da obra. Na contagem do número de dias de trabalho perdidos não se considera o dia da ocorrência do acidente nem o do regresso ao trabalho.

O *Índice de Incidência* (II) é o número de acidentes ocorridos num dado período por cada mil trabalhadores expostos a risco no mesmo período. É calculado pela seguinte expressão:

$$II = \frac{N.º \text{ Acidentes} \times 1000}{N.º \text{ Trabalhadores}}$$

Este índice pode ser calculado para o mês em curso, valor que se regista na coluna **(13)**, e em termos de valor acumulado anotado na coluna **(14)**. Neste último caso consideram-se na expressão acima indicada o número total de acidentes mortais e não mortais ocorridos desde o início (soma do acumulado do mês anterior com o do mês em curso) e o número médio de trabalhadores existentes no mesmo período.

O *Índice de Frequência* (IF) é o número de acidentes ocorridos num dado período em cada milhão de Homens x horas trabalhadas no mesmo período, traduzindo a probabilidade de ocorrências de acidentes. É calculado pela seguinte expressão:

$$IF = \frac{N.º \text{ Acidentes} \times 1\,000\,000}{N.º \text{ Homens} \times \text{horas trabalhadas}}$$

Do mesmo modo que para cada caso anterior, este índice pode ser calculado para o mês em curso, valor que se regista na coluna **(15)**, e em termos de valor acumulado anotado na coluna **(16)**. Neste último caso, considera-se na expressão acima indicada o número total de acidentes mortais e não mortais ocorridos desde o início (soma do acumulado do mês anterior com o do mês em curso) e o número acumulado de Homens x horas trabalhadas no estaleiro no mesmo período.

O *Índice de Gravidade* (IG) é o número de dias de trabalho perdidos pelo conjunto de trabalhadores acidentados num dado período em cada mil Homens x hora trabalhadas nesse mesmo período, traduzimos as consequências dos acidentes. É calculado pela seguinte expressão:

$$IG = \frac{N.º \text{ dias perdidos} \times 1\,000}{N.º \text{ Homens} \times \text{horas trabalhadas}}$$

Também neste caso, este índice pode ser calculado para o mês em curso, valor que se regista na coluna **(17)**, e em termos de valor acumulado anotado na coluna **(18)**. Para efeitos de aplicação desta expressão, considera-se cada acidente mortal equivalente a uma perda de 7500 dias de trabalho (penalização estatística).

O *Índice de Duração* (ID) dos acidentes de trabalho é o número médio de dias de trabalho (sem penalização estatística) por cada acidente, realçando a gravidade dos acidentes ocorridos. É calculado pela seguinte expressão:

$$ID = \frac{\text{N.º dias perdidos}}{\text{N.º Acidentes}}$$

Este índice pode também ser calculado para o mês em curso, valor que se regista na coluna **(19)**, e em termos de valor acumulado anotado na coluna **(20)**.

Os resultados obtidos deverão ser objeto de análise em reuniões da Comissão de Segurança (*vd.* 4.1), procurando-se determinar as causas dos acidentes ocorridos e, sempre que a situação recomende, melhorar as técnicas de segurança e de saúde a aplicar visando evitar ou eliminar potenciais riscos.

O quadro de registo dos índices de sinistralidade será atualizado no último dia de cada mês e afixado, conjuntamente com gráficos dele extraído mostrando a evolução dos índices de sinistralidade, no estaleiro na vitrina referida no ponto 3.1 - Projeto do Estaleiro na primeira semana de cada mês.

A Entidade Executante arquivará no Anexo 19, os Registos dos Acidentes de Trabalho ocorridos, incluindo os relatórios das investigações dos acidentes, assim como toda a documentação relacionada com cada acidente e o último quando de registo dos índices de sinistralidade.

3.10 – PLANO PARA VISITANTES

A entrada no estaleiro de pessoas estranhas à execução da empreitada requer autorização do Dono da Obra, e serem do conhecimento da Fiscalização e do Diretor Técnico da Empreitada, o qual deverá assegurar que os visitantes:

- Sejam acompanhados por pessoa conhecedora do estaleiro;
- Utilizam o equipamento de proteção individual obrigatório incluindo capacetes de proteção contendo na frente a inscrição “Visitante”;
- Foram elucidados sobre os caminhos que devem utilizar e zonas de perigo.

Eventuais documentos preparados no âmbito de *Planos de Visitantes* serão arquivados no Anexo 20.

3.11– PLANO DE EMERGÊNCIA

Nos termos da legislação em vigor, constitui obrigação do empregador o prazo das medidas a adotar em caso de ocorrência de acidentes.

A Entidade Executante preparará até 11 (onze) dias após a data da consignação um *Plano de Emergência* estabelecendo as medidas a aplicar em caso de acidente, o qual deve prever, nomeadamente, o seguinte:

- Afixação na vitrina e junto aos telefones que existam no estaleiro, registo de telefones de emergência, nomeadamente Bombeiros, Polícia, Hospital, entidades concessionárias de serviços afetados, Serviços Camarários, Fiscalização, Coordenador de Segurança da Obra Diretor Técnico da Empreitada, Encarregado Geral.
- Sinalização de segurança identificando, nomeadamente os meios de combate a incêndios e o posto de primeiros socorros.
- Identificação de elementos conforção em prestação de primeiros socorros (socorristas do trabalho). Deve ser prevista uma forma rápida de comunicação com os socorristas.
- Prever instalações adequadas para a prestação de primeiros socorros atendendo à dimensão da obra e ao número de trabalhadores. Tais instalações deverão ter os equipamentos e os materiais indispensáveis ao cumprimento das suas funções. Devem localizar-se em local de fácil acesso possibilitando a movimentação de macas e serem devidamente sinalizadas.
- Caminhos e sinalização adequada de acesso a todas as zonas de trabalhos para evacuação de sinistrados e todo o pessoal da obra em caso de ocorrência de catástrofe (por exemplo incêndio).

Os documentos preparados no âmbito do *Plano de Emergência* serão arquivados no Anexo 21.

4 - ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO

4.1 – COMISSÃO DE SEGURANÇA DA OBRA

Com objetivo de acompanhar e avaliar a adaptação/complemento e implementação do *Plano de Segurança e de Saúde* deve ser constituída a Comissão de Segurança da Obra composta pelas pessoas com as seguintes funções ou representações:

- Representante do Dono da Obra e/ou da Fiscalização;
- Coordenador de Segurança da Obra;
- Diretor Técnico da Empreitada;
- Técnico de Prevenção da Entidade Executante;
- Responsável da Entidade Executante pela manutenção, atualização e organização do *Plano de Segurança e de Saúde*;
- Representantes dos trabalhadores da obra ^(*).

No prazo de 11 (onze) dias a contar da data da consignação da obra, a Entidade Executante deve informar a Fiscalização dos elementos que lhe compete designar para integrar a Comissão de Segurança da Obra. Nestes incluem-se também os representantes dos trabalhadores da obra, não devendo o número destes exceder o referido na Lei-Quadro sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

(*)		
		Trabalhadores < 61 1 (um) representante
61	<=	Trabalhadores < 151 2 (dois) representantes
151	<=	Trabalhadores < 301 3 (três) representantes
301	<=	Trabalhadores < 501 4 (quatro) representantes
501	<=	Trabalhadores 5 (cinco) representantes

A Comissão de Segurança da Obra deve reunir mensalmente para analisar os projetos, planos e procedimentos a preparar ou preparados no âmbito do *P.S.S.*; apoiar as tarefas da Fiscalização e do Coordenador de Segurança da Obra; identificar as alterações que se mostrarem necessárias para melhoria das condições de segurança no trabalho e analisar eventuais acidentes e índices de sinistralidade registados na obra, o que poderá determinar a adoção de medidas preventivas específicas.

No fim de cada reunião, o Coordenador de Segurança da Obra promoverá a elaboração da Ata da Reunião.

No Anexo 22 devem ser arquivadas cópias das atas das reuniões da Comissão da Segurança.

4.2 – AUDITORIAS

Sem prejuízo de responsabilidades e direitos estabelecidos legalmente, o Dono da Obra reserva-se no legítimo direito de, com meios próprios ou através de entidades externas que contrate para o efeito, efetuar Auditorias adequadas ao *Sistema da Segurança no Trabalho* preconizado no presente *Plano de*

Segurança e de Saúde e na legislação e regulamentação vigentes. No processo de Auditoria, a Entidade Executante prestará todas as informações que lhe sejam solicitadas, participará nas reuniões da Auditoria com todos os elementos a quem tal seja solicitado, e disponibilizará à Equipa Auditora as instalações da obra e toda a documentação do âmbito da Segurança no Trabalho.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1	MODELOS DE FICHAS
ANEXO 2	POLÍTICA DA SEGURANÇA NO TRABALHO
ANEXO 3	COMUNICAÇÃO PRÉVIA
ANEXO 4	ORGANOGRAMA / DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES / CONTROLO DE ASSINATURAS
ANEXO 5	HORÁRIOS DE TRABALHO
ANEXO 6	REGISTO DE APÓLICES DE SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO
ANEXO 7	FASES DE EXECUÇÃO/PLANOS DE TRABALHO/CRONOGRAMAS DE MÃO-DE-OBRA
ANEXO 8	PROCEDIMENTOS OU INSTRUÇÕES DE TRABALHO
ANEXO 9	PROJETO DO ESTALEIRO
ANEXO 10	PLANO DE ACESSO, CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO
ANEXO 11	REGISTOS DE CONTROLO GERAL DOS EQUIPAMENTOS DE ESTALEIRO
ANEXO 12	PLANO DE PROTEÇÕES COLETIVAS
ANEXO 13	PLANO DE INSPEÇÃO E PREVENÇÃO
ANEXO 14	REGISTOS DE INSPEÇÃO E PREVENÇÃO
ANEXO 15	REG. DE NÃO CONFORMIDADE E AÇÕES CORRETIVAS PREVENTIVAS
ANEXO 16	PLANO DE IDENTIFICAÇÃO E SAÚDE DE TRABALHADORES
ANEXO 17	REGISTOS DE CONTROLO DE DISTRIBUIÇÃO DE EPI' S
ANEXO 18	PLANO DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DE TRABALHADORES
ANEXO 19	PLANO DE REGISTO DE ACIDENTES E ÍNDICES DE SINISTRALIDADE
ANEXO 20	PLANO PARA VISISTANTES
ANEXO 21	PLANO DE EMERGÊNCIA
ANEXO 22	ATAS DAS REUNIÕES DA COMISSÃO DE SEGURANÇA

ANEXO 1

MODELOS DE FICHAS

MOD.Q01	-	CONTROLO DE ASSINATURAS
MOD.S01	-	DISTRIBUIÇÃO DE EPI
MOD.S03	-	PROCEDIMENTOS DE INSPECÇÃO E PREVENÇÃO
MOD.S04	-	REGISTO DE INSPECÇÃO E PREVENÇÃO
MOD.S05	-	REGISTO DE NÃO CONFORMIDADE E ACÇÕES CORRECTIVAS/PREVENTIVAS
MOD.S06	-	CONTROLO GERAL DOS EQUIPAMENTOS DE ESTALEIRO
MOD.S07	-	REGISTO DE APÓLICES DE SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO
MOD.S09	-	REGISTO DE ACIDENTE DE TRABALHO
MOD.S10	-	ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA
MOD.S13	-	DECLARAÇÃO DE ENTREGA DOS PSS NA RECEPÇÃO PROVISÓRIA DA OBRA

ANEXO 2

POLÍTICA DE SEGURANÇA NO TRABALHO

ANEXO 3

COMUNICAÇÃO PRÉVIA

ANEXO 4

**ORGANOGRAMA
DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES
CONTROLO DE ASSINATURAS**

ANEXO 5

HORÁRIOS DE TRABALHO

ANEXO 6

REGISTO DE APÓLICES DE SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

ANEXO 7

FASES DE EXECUÇÃO
PLANO DE TRABALHOS
CRONOGRAMAS DE MÃO-DE-OBRA

ANEXO 8

PROCEDIMENTOS OU INSTRUÇÕES DE TRABALHO

ANEXO 9

PROJECTO DO ESTALEIRO

ANEXO 10

PLANO DE ACESSO CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO

ANEXO 11

REGISTOS DE CONTROLO GERAL DOS EQUIPAMENTOS DE ESTALEIRO

ANEXO 12

PLANO DE PROTECÇÕES COLECTIVAS

ANEXO 13

PLANO DE INSPECÇÃO E PREVENÇÃO

ANEXO 14

REGISTOS DE INSPECÇÃO E PREVENÇÃO

ANEXO 15

REGISTOS DE NÃO CONFORMIDADE ACÇÕES CORRECTIVAS / PREVENTIVAS

ANEXO 16

PLANO DE IDENTIFICAÇÃO E SAÚDE DOS TRABALHADORES

ANEXO 17

REGISTOS DE CONTROLO DE DISTRIBUIÇÃO DE EPI(S)

ANEXO 18

PLANO DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

ANEXO 19

PLANO DE REGISTO DE ACIDENTES E ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

ANEXO 20

PLANO PARA VISITANTES

ANEXO 21

PLANO DE EMERGÊNCIA

ANEXO 22

ACTAS DAS REUNIÕES DA COMISSÃO DE SEGURANÇA

	DISTRIBUIÇÃO DE EPI	Número _____	Pág. __ / __
	Dono da Obra: SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS		
	ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE Empreitada: MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA Empreiteiro: _____		

Nome do Trabalhador	Categoria	Trab. Nº

Nº	Designação do EPI	Riscos ⁽¹⁾	Receção ⁽²⁾	Devolução Final ⁽³⁾
			Data: __ / __ / __ Ass. _____	Data: __ / __ / __ Ass. _____
			Data: __ / __ / __ Ass. _____	Data: __ / __ / __ Ass. _____
			Data: __ / __ / __ Ass. _____	Data: __ / __ / __ Ass. _____
			Data: __ / __ / __ Ass. _____	Data: __ / __ / __ Ass. _____
			Data: __ / __ / __ Ass. _____	Data: __ / __ / __ Ass. _____
			Data: __ / __ / __ Ass. _____	Data: __ / __ / __ Ass. _____
			Data: __ / __ / __ Ass. _____	Data: __ / __ / __ Ass. _____
			Data: __ / __ / __ Ass. _____	Data: __ / __ / __ Ass. _____

⁽¹⁾ Indicar códigos de acordo com a tabela abaixo

⁽²⁾ Assinatura do trabalhador

⁽³⁾ Assinatura de quem recebe

RISCOS A PROTEGER		
1 - Quedas em altura	8 - Choque ao nível dos maléolos	15 - Electrização / Electrocussão
2 - Quedas ao mesmo nível	9 - Choque ao nível do metatarso	16 - _____
3 - Quedas de objectos	10 - Choque o nível da perna	17 - _____
4 - Queda por escorregamento	11 - Pancadas na cabeça	18 - _____
5 - Objectos pontiagudos ou cortantes	12 - Cortes	19 - _____
6 - Esmagamento do pé	13 - Estilhaços	20 - _____
7 - Torção do pé	14 - Entalamentos	21 - _____

Declaro que recebi os Equipamentos de Protecção Individual acima mencionados, comprometendo-me a utilizá-los correctamente de acordo com as instruções recebidas, a conservá-los e matê-los em bom estado , e a participar todas as avarias ou deficiências de que tenha conhecimento.	
Trabalhador (Ass.) _____	Data: __ / __ / __

Responsável pela Segurança (Ass.) _____	Direcção Técnica da Empreitada (Ass.) _____
---	---

PROCEDIMENTOS DE INSPECÇÃO E PREVENÇÃO
PLANO DE SEGURANÇA E DE SAÚDE

Nº	CÓDIGO	ELEMENTO / OPERAÇÃO DE CONSTRUÇÃO
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		

25		
----	--	--

	REGISTO DE NÃO CONFORMIDADE E ACÇÕES CORRECTIVAS / PREVENTIVAS		Número ____	Pág. __ / __
	Dono da Obra: <u>SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS</u>			
	Empreitada: <u>ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA</u>			
Fiscalização: _____		Empreiteiro: _____		

Descrição de não conformidade:	
<div></div>	
Localização:	
Documentos de referência:	
Descrito por:	Verificado por:
data: __ / __ / __	data: __ / __ / __

Descrição das acções correctivas / preventivas:	
<div></div>	
Correcção até:	
Proposto por:	Aprovado por:
data: __ / __ / __	data: __ / __ / __

Execução das acções correctivas / preventivas:	
<div></div>	
Executado por:	Controlado por:
data: __ / __ / __	data: __ / __ / __
Verificado por:	Aprovado por:
data: __ / __ / __	data: __ / __ / __

	CONTROLO GERAL DOS EQUIPAMENTOS DE ESTALEIRO		Número _____	Pág. __ / __
	Dono da Obra: <u>SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS</u>			
	Empreitada: ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA			
Empreiteiro: _____				

Equipamentos de Estaleiro <small>(código atribuído na ficha individual do equipamento)</small>		Revisões Periódicas				Inspeção Geral <small>(se necessário, anexar registo de não conformidade)</small>			Reverificação <small>(se NEcessária, registar quando efectuada)</small>			
		Última Revisão	Em dia?		Caso não, efectuar até							
Código	Designação			sim		não		Conf.	Não conformidades detectadas	Corrigir até	NEC	Efectuada em
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	
		__ / __ / __			__ / __ / __				__ / __ / __		__ / __ / __	

Responsável pelo controlo (Ass.): data: __ / __ / __	Director Técnico da Empreitada (Ass.): data: __ / __ / __
---	--

	REGISTO DE APÓLICES DE SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO		Número _____
	Dono da Obra: SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS		
	Empreitada: ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA		
Fiscalização: _____		Empreiteiro: _____	

Reg. Nº.	Nome da empresa ou do trabalhador independente (*)	Companhia de Seguros	Número da Apólice	Validade da Apólice	Modalidade (**)			Substituído por Registo Nº
					PF-CN	PF-SN	PV	

(*) **E** - Empreiteiro; **S** - Subempreiteiro / Tarefeiro; **TI** - Trabalhador Independente

(**) **PF-CN** - Prémio Fixo com nomes; **PF-SN** - Prémio Fixo sem nomes; **PV** - Prémio Variável

	REGISTO DE ACIDENTE DE TRABALHO	Número ____	Pág. __ / __
	Dono da Obra: SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS		
	Empreitada: ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA		
Fiscalização: _____		Empreiteiro: _____	

DADOS DO SINISTRADO			
Nome: _____		Nº Trab. _____	
Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino		Data de Nascimento: _____	
Naturalidade: _____			
Nacionalidade: _____		Estado Civil: _____	
Morada: _____			
B.I. Nº. _____		de ____ / ____ / ____ emitido por _____	
Passaporte ⁽¹⁾ Nº.: _____		de ____ / ____ / ____ emitido por _____	
Categoria Profissional: _____			
Data de admissão na obra: ____ / ____ / ____			

DADOS RELATIVOS À ENTIDADE EMPREGADORA	
Entidade empregadora: _____	
Companhia de seguros ⁽²⁾ : _____	Apólice Nº ⁽²⁾ : _____
Data de admissão na empresa: ____ / ____ / ____	

DADOS RELATIVOS AO ACIDENTE	
Data e hora: ____ / ____ / ____ às ____ h ____ m	
Local: <input type="checkbox"/> No estaleiro <input type="checkbox"/> Fora do estaleiro <input type="checkbox"/> Deslocação Domicílio ➡ Trabalho <input type="checkbox"/> Deslocação Trabalho ➡ Domicílio	
Onde: _____	
Destino do sinistrado: _____	
Entidade que o transportou: _____ Data e hora: ____ / ____ / ____ às ____ h ____ m	
Houve mais sinistrados no acidente? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Quantos? _____	
Testemunhas: _____	

Causa do acidente:	<input type="checkbox"/> Atropelamento	<input type="checkbox"/> Sub. nocivas / radiações	<input type="checkbox"/> Queda em altura
	<input type="checkbox"/> Capoteamento	<input type="checkbox"/> Choque com objectos	<input type="checkbox"/> Queda ao mesmo nível
	<input type="checkbox"/> Colisão de veículos	<input type="checkbox"/> Esforço físico excessivo	<input type="checkbox"/> Queda de objectos
	<input type="checkbox"/> Compressão por objecto	<input type="checkbox"/> Explosão / incêndio	<input type="checkbox"/> Soterramento
	<input type="checkbox"/> Choque eléctrico	<input type="checkbox"/> Intoxicação	<input type="checkbox"/> _____

Tipo de lesão:	<input type="checkbox"/> Amputação	<input type="checkbox"/> Electrização / electrocussão	<input type="checkbox"/> Lesões múltiplas
	<input type="checkbox"/> Asfixia	<input type="checkbox"/> Entorse	<input type="checkbox"/> Luxação
	<input type="checkbox"/> Concussão / lesões internas	<input type="checkbox"/> Esmagamento	<input type="checkbox"/> Queimadura
	<input type="checkbox"/> Contusão	<input type="checkbox"/> Ferida / golpe	<input type="checkbox"/> Traumatismo
	<input type="checkbox"/> Distensão	<input type="checkbox"/> Fractura	<input type="checkbox"/> _____

Parte do corpo atingida:	<input type="checkbox"/> Cabeça, excepto olhos	<input type="checkbox"/> Braço(s)	<input type="checkbox"/> Pé(s), excepto dedos
	<input type="checkbox"/> Olho(s)	<input type="checkbox"/> Mão(s), excepto dedos	<input type="checkbox"/> Dedo(s) do(s) pé(s)
	<input type="checkbox"/> Tronco, excepto coluna	<input type="checkbox"/> Dedo(s) da(s) mão(s)	<input type="checkbox"/> Localizações múltiplas
	<input type="checkbox"/> Coluna vertebral	<input type="checkbox"/> Perna(s)	<input type="checkbox"/> _____

Breve descrição do acidente: _____		

Medidas de prevenção adoptadas: _____		

Consequências do acidente:		
Regresso ao trabalho: ____ / ____ / ____	<input type="checkbox"/> Sem incapacidade	<input type="checkbox"/> Incapacidade permanente: ____ %
	<input type="checkbox"/> Incapacidade temporária	<input type="checkbox"/> Morte
Encarregado: _____	Responsável pela segurança: _____	Director técnico da empreitada: _____
____ / ____ / ____	____ / ____ / ____	____ / ____ / ____

	ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA	Pág. 1 / 2

OBRA		
ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA		

1	DATA DA COMUNICAÇÃO	NÚMERO
		1

2	ENDEREÇO COMPLETO DO ESTALEIRO

3	DONO DA OBRA
	Nome:
	Endereço:

4	NATUREZA DA OBRA

5	AUTOR DO PROJECTO
	PROJECTO DE ARQUITECTURA
	Nome:
	Endereço:
	PROJECTO DE FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS
	Nome:
	Endereço:
	PROJECTO DE ESCAVAÇÕES E CONTENÇÃO PERIFÉRICA
	Nome:
	Endereço:
	PROJECTO DE INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS E TELEFÓNICAS
	Nome:
	Endereço:
	PROJECTO DE ÁGUAS E ESGOTOS
	Nome:
	Endereço:

	ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA	Pág. 2 / 2

6	FISCALIZAÇÃO DA OBRA
	Nome:
	Endereço:

7	TÉCNICO RESPONSÁVEL DA OBRA **
	Nome:
	Endereço:

8	COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DA OBRA *
	Nome:
	Endereço:

9	COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A REALIZAÇÃO DA OBRA *
	Nome:
	Endereço:

10	DIRECTOR DA OBRA **
	Nome:
	Endereço:

11	DATAS PREVISÍVEIS DE INÍCIO E TERMO DOS TRABALHOS NO ESTALEIRO **
	Data de início:
	Data de termo:

12	ESTIMATIVA DO NÚMERO MÁXIMO DE TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM E INDEPENDENTES, PRESENTES EM SIMULTÂNEO NO ESTALEIRO **

13	ESTIMATIVA DO NÚMERO DE EMPRESAS E DE TRABALHADORES INDEPENDENTES NO ESTALEIRO **

14	IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS JÁ SELECIONADAS **

(*) A indicar pelo Dono da Obra

(**) Informação a fornecer pelo Adjudicatário ao Dono da Obra

DECLARAÇÃO

(A ANEXAR AO AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DA OBRA)

Declara-se que todos os elementos preparados e utilizados no âmbito do Plano de Segurança e de Saúde da empreitada de **ESCOLA PROFISSIONAL DR. FRANCISCO FERNANDES – FUNCHAL** - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA ENERGÉTICA se encontram integrados de forma organizada no conjunto de pastas referido no anexo a esta declaração e que se entrega nesta data a _____.

O Adjudicatário

___/___/___

A Fiscalização

___/___/___

O Coordenador de Segurança da Obra

___/___/___

O Representante do Dono da Obra

Recebi os documentos mencionados

___/___/___

[illegible]